

Um lugar comum da nossa vida

Acreditamos que nos estamos a aproximar a passos largos de uma realidade em que a sustentabilidade ambiental vai deixar de ser um terreno de boas vontades, para passar a ser um lugar-comum da nossa vida

No passado dia 26 de Abril, completaram-se 25 anos sobre a data da maior catástrofe nuclear da História, que ocorreu devido a uma explosão num reactor da Central de Chernobyl. A 11 de Março do presente ano, tinha-se verificado o incidente na central nuclear japonesa de Fukushima, ainda que este tenha sido provocado por um sismo e tsunami.

Numa altura em que a relação entre as questões energéticas e a economia e o meio ambiente se torna cada vez mais relevante – o que, aliás, deu azo ao conceito de sustentabilidade ambiental –, é imperativo ponderar os benefícios e os riscos que, por exemplo, a energia nuclear comprovadamente apresenta.

Por um lado, como vantagens, a energia nuclear afigura-se como uma energia limpa por não conduzir à libertação de gases poluentes para a atmosfera, é uma energia de baixo custo e é a fonte mais concentrada de geração de energia. Por outro, como desvantagens, podemos referir que a mesma acarreta um risco colossal, podendo os seus efeitos, em caso de acidente, ser verdadeiramente devastadores.

É nesta ponderação entre o desenvolvimento socioeconómico e a sustentabilidade ambiental que reside a tarefa mais complicada dos decisores políticos na actualidade e será a partir do seu resultado que o Direito poderá ser utilizado de forma eficaz, nomeadamente através de uma intensa regulação.

O desenvolvimento económico pressupõe a livre actuação do mercado e dos agentes económicos, porém os Estados não se podem demitir dos mecanismos de regulação que garantam a preservação dos ecossistemas, nem cometer esta tarefa a entidades privadas. Sobretudo porque a preservação

“A preservação ambiental não pode ser feita de modo isolado por cada Estado e em tempos, ritmos e estádios muito diversificados. A actuação concertada a nível global é, assim, um imperativo que recai sobre todos os Estados”

“Os grandes temas em cima da mesa são a *environmental governance*, bem como os baixos níveis de cumprimento das obrigações a que os Estados se vinculam e que, sistematicamente, muitos deles acabam por não respeitar”

ambiental não pode ser feita de modo isolado por cada Estado e em tempos, ritmos e estádios muito diversificados. A actuação concertada a nível global é, assim, um imperativo que recai sobre todos os Estados.

Os vários acordos internacionais que resultam da Cimeira da Terra, um dos nomes pelos quais é conhecida a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), constituem instrumentos chave para o desenvolvimento sustentável.

É no seu seio que são traçadas as linhas gerais que deverão, depois, ser densificadas, no plano interno, pelos Estados. Estes ficam incumbidos de dotar os respectivos regimes jurídicos dos melhores meios para alcançarem os objectivos fixados. É também a este nível que é dado o mote para a discussão sobre, por exemplo, o tema das alterações climáticas, discutindo-se, na actualidade, se as catástrofes naturais que têm ocorrido ultimamente no nosso planeta, e que são responsáveis por outras catástrofes como a de Fukushima, não estarão directamente relacionadas com as referidas alterações climáticas.

Tendo como pano de fundo todos estes factos, irá realizar-se, em Julho de 2012, mais uma Cimeira da Terra, que vai decorrer no Rio de Janeiro (Rio+20).

O principal objectivo da Conferência Rio+20 passa pelo reforço de que os esforços que têm vindo a ser feitos em prol do desenvolvimento sustentável não têm tido os efeitos desejados. Tendo presente a referida catástrofe nuclear de Fukushima, que teve um enorme impacto no seio da opinião pública, como se verificou na Alemanha e noutros países, cada vez



Carlos Pinto Lopes

Sócio da Sérvulo desde 2010. Licenciado pela FDUL (88), fez o mestrado em Ordenamento e Planeamento Ambiental na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Nova de Lisboa (07), onde está a preparar o doutoramento

mais sensibilizada para a questão ambiental, talvez se tenha criado o quadro ideal para, finalmente, se atacar as questões ambientais de forma global e à margem dos interesses que têm vindo a pôr em cheque os aparentes consensos que vão sendo conseguidos.

Perante isto, os grandes temas em cima da mesa são a *environmental governance*, bem como os baixos níveis de cumprimento das obrigações a que os Estados se vinculam e que, sistematicamente, muitos deles acabam por não respeitar.

Para além disso, é também neste âmbito que cresce a importância das Organizações Não Governamentais enquanto veículos de sensibilização e fiscalização das questões ambientais mais importantes. Em suma, acreditamos que nos estamos a aproximar a passos largos de uma realidade em que a sustentabilidade ambiental vai deixar de ser um terreno de boas vontades, para passar a ser um lugar comum da nossa vida.